

# GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E PRÊMIOS DE PRODUTIVIDADE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

---

## **GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E PRÊMIOS DE PRODUTIVIDADE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

Relatório técnico apresentado pela mestranda Seane da Nóbrega Mascena Dantas ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Suzanne Erica Nóbrega Correia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

FICHA CATALOGRÁFICA

D192g

Dantas, Seane da Nóbrega Mascena.

Governança Judiciária e prêmios de produtividade: uma análise de percepção dos servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba. / Seane da Nóbrega Mascena Dantas. – Sousa, 2024.

15 f. :il. color.

Relatório Técnico (Mestrado em Administração Pública - PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Suzanne Erica Nóbrega Correia.

1. Prêmio de produtividade. 2. Eficiência. 3. Desempenho funcional. 4. Lei Estadual nº 11.651/2020. 5. Tribunal de Justiça da Paraíba. 6. Governança judiciária. I. Correia, Suzanne Erica Nóbrega. II. Título.

BS/CCJS - UFCG

CDU 35(047)

# SUMÁRIO

Resumo 03

Contexto da Pesquisa 05

Público-alvo da proposta 07

Descrição da situação-problema 09

Objetivos da proposta de intervenção 11

Diagnóstico e análise 13

Proposta de intervenção 15

Responsáveis pela proposta de  
intervenção e data 17

Referências 18

## RESUMO

A criação e regulamentação da gratificação anual de produtividade para premiar servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Lei Estadual nº 11.651/2020, representa um marco significativo nas políticas de reconhecimento e estímulo à eficácia e eficiência no serviço público. A concessão do prêmio visa reconhecer o trabalho dos servidores e das unidades judiciárias que se destacam com melhores índices de produtividade e eficiência no ano de referência, segundo critérios e indicadores previamente fixados. Diante disso, foi realizado um estudo com o objetivo de avaliar a percepção dos servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba em relação ao prêmio de produtividade e sua relação com o desempenho funcional, identificando como a governança judiciária está sendo implementada. Para tanto, foi aplicado um questionário com 129 servidores do TJPB, via e-mail institucional, com link via Google formulários. Os resultados da pesquisa revelaram percepções e insatisfações dos servidores em relação aos critérios e parâmetros estabelecidos na Resolução nº 16/2023, evidenciando que o atual modelo de premiação tem um impacto motivacional negativo, prejudicando o clima organizacional e gerando desconfiança, desmotivação e conflitos internos.

A percepção é de que os critérios atuais não capturam adequadamente a complexidade das atividades dos servidores, supervalorizando determinadas tarefas processuais e negligenciando outras tarefas importantes, o que distorce a avaliação do desempenho e pode incentivar uma competição desigual. Além disso, a vinculação do prêmio a fatores externos e a falta de previsibilidade nas regras de avaliação são apontadas como fatores que comprometem a justiça e a transparência do processo. Diante dessas questões, fica claro que é necessário um esforço conjunto para revisar e aprimorar os parâmetros de avaliação de produtividade, a fim de reconhecer e valorizar adequadamente o esforço e a contribuição de cada indivíduo para o bom funcionamento do judiciário.

**Palavras-chave:** Prêmios de Produtividade. Eficiência. Desempenho funcional. Tribunal de Justiça da Paraíba. Governança judiciária.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

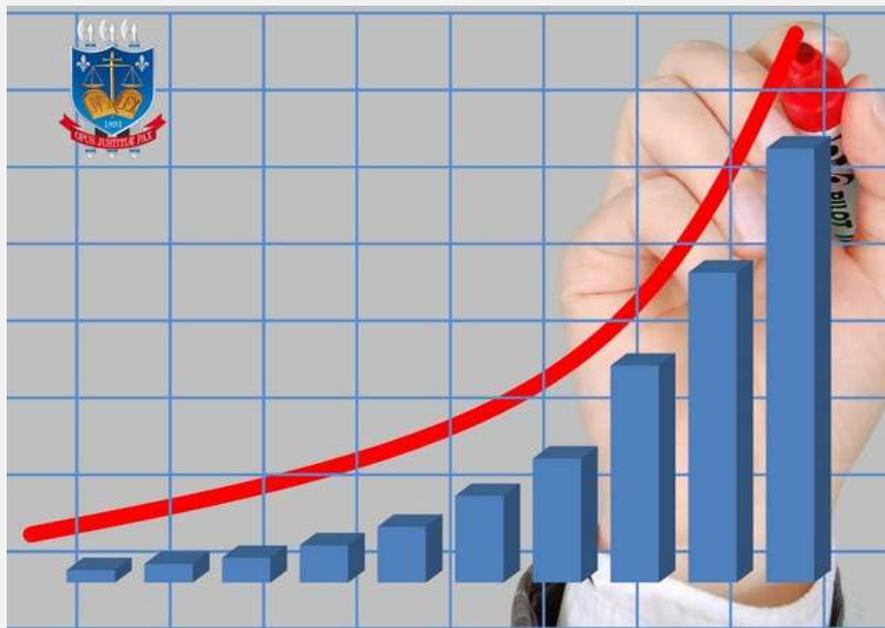
## CONTEXTO DA PESQUISA

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) é um órgão do Poder Judiciário Paraibano, com sede na capital do estado, João Pessoa, e jurisdição em todo o território estadual. Conforme a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado da Paraíba (Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010), o território paraibano, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em circunscrições judiciárias, comarcas e comarcas integradas (Paraíba, 2010).

O Sistema de Governança institucional do Poder Judiciário do Estado da Paraíba está regulamentado pela Resolução nº 44/2022, de 16 de dezembro de 2022, e tem como uma das finalidades estabelecer no TJPB uma estrutura organizacional permanente, vinculada à alta administração, cujo objetivo seja monitorar e acompanhar as metas nacionais e locais em consonância ao Planejamento Estratégico, gerenciando relatórios e indicadores de desempenho, bem como promovendo medidas que facilitem a gestão de dados por magistrados e servidores (TJPB, 2022).

Dentre as iniciativas promovidas pelo Poder Judiciário paraibano, destaca-se a regulamentação da gratificação de produtividade para premiar servidores e a instituição do Selo de Eficiência do TJPB, como forma de combater problemas relacionados à morosidade do sistema judicial, mediante aferição de indicadores objetivos de desempenho funcional, além de estimular a eficácia e eficiência dos servidores. A primeira Resolução (nº 05/2020) foi publicada 12 de fevereiro de 2020, enquanto a Resolução mais recente (nº16/2023) foi republicada devido a incorreções em 25/09/2023.

A Resolução 16/2023 do TJPB apresenta um esforço louvável para promover a eficiência, mas também requer uma reflexão crítica sobre seus critérios, indicadores e o equilíbrio entre eficiência e outros princípios fundamentais da justiça.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

## PÚBLICO-ALVO

A população do estudo foi composta pelos servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJPB que ocupam os cargos de Analistas e Técnicos judiciários (Área Judiciária) e que exercem suas atividades em cartórios judiciais do 1º grau de jurisdição.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

## DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A Governança Judiciária e os Prêmios de Produtividade têm sido temas recorrentes no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. A busca pela efetividade na prestação jurisdicional tem impulsionado os tribunais a adotarem medidas que visem à melhoria da gestão do Judiciário. Nesse contexto, a criação e regulamentação da gratificação anual de produtividade para premiar servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Lei Estadual nº 11.651/2020, representa um marco significativo nas políticas de reconhecimento e estímulo à eficácia e eficiência no serviço público.

Contudo, é importante compreender a percepção dos servidores em relação às diretrizes e critérios adotados para premiação, uma vez que eles são diretamente impactados pelas recompensas. Logo, suas opiniões e feedbacks são fundamentais para o sucesso dessas políticas e, conseqüentemente, da organização.

Além disso, a revisão dos métodos e parâmetros adotados para estabelecer as recompensas institucionais permitem identificar quais critérios estão funcionando bem e quais precisam ser ajustados ou aprimorados, contribuindo para que o processo seja cada vez mais transparente e promova, efetivamente, um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

Outrossim, desde a primeira edição do prêmio, observam-se várias mudanças nas regras, revelando que a cada ano são necessários aprimoramentos no sistema de premiação, por tratar-se de uma construção contínua.

Dessa forma, é válido e importante conhecer a percepção dos servidores sobre a política de recompensas, pois permitirá uma avaliação mais abrangente, a partir de diferentes perspectivas, auxiliando na identificação de possíveis falhas ou oportunidades de melhoria.

## OBJETIVOS DA PROPOSTA

Propõe-se um plano de ação capaz de identificar as limitações dos parâmetros atualmente adotados pelo TJPB para avaliar a produtividade dos servidores e sugere-se que sejam adotadas as seguintes ações:

### ➤ **Revisão dos critérios de avaliação**

**Objetividade e Transparência** – implementação de um sistema de avaliação mais transparente, onde os critérios sejam mais claros e objetivos.

**Complexidade das atividades** – Aprimorar o modelo de pontuação para que capture a complexidade e diversidade das atividades realizadas pelos servidores, reconhecendo tarefas que demandam tempo e esforço, porém não são alcançadas pelo atual sistema de avaliação.

### ➤ **Participação dos Stakeholders**

**Envolvimento dos servidores** – criação de comitês participativos que incluam representantes de diferentes unidades ou grupos de competência para discutir e contribuir para a definição dos critérios e regras para concessão dos prêmios.

### ➤ **Promoção da melhoria do Clima Organizacional**

Promover atividades de integração e desenvolvimento profissional que fortaleçam o espírito de equipe e a colaboração entre os servidores.

### ➤ **Motivação e Reconhecimento**

Ajustar o sistema atual de avaliação para que reconheça tanto o desempenho individual quanto o coletivo, garantindo que os esforços individuais sejam valorizados, com equidade e justiça, na busca por um equilíbrio entre as contribuições e as recompensas recebidas.

## DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Os dados da pesquisa revelaram diversos aspectos críticos que envolvem o sistema de recompensas por produtividade implementado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, destacando as percepções e insatisfações dos servidores em relação aos critérios e parâmetros estabelecidos na Resolução nº 16/2023.

Para os participantes, a atual política de premiação é injusta e desproporcional, pois não reconhece adequadamente os esforços individuais.

Além disso, é essencial considerar o contexto no qual os servidores estão inseridos, pois a forma e critérios atualmente adotados não são de responsabilidade exclusiva dos serventuários, dependem também do trabalho e do engajamento dos juízes de suas unidades.

Os resultados mostraram uma percepção generalizada de que os critérios atuais não capturam adequadamente a complexidade e a diversidade das atividades realizadas pelos servidores, resultando em uma avaliação que não reflete completamente seu desempenho real.

Ademais, uma avaliação de produtividade focada em indicadores de desempenho quantitativos acaba negligenciando aspectos qualitativos importantes do trabalho realizado.

Dessa forma, um plano de ação foi proposto para mitigar essas questões e promover um ambiente mais justo, transparente e colaborativo.



Fonte: Reprodução/<https://www.tjpb.jus.br/>

# PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

---

# PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

---

# PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

---

# RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

---

## **Orientadora**

Profa. Dra. Suzanne Erica Nóbrega Correia

## **Data**

Junho de 2024

## **Orientanda**

Seane da Nóbrega Mascena Dantas



## REFERÊNCIAS

---

TJPB. **Resolução 05 de 19 de fevereiro de 2020.** Institui o Selo de Eficiência. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, 2020. Disponível em: [https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/resolucao\\_no\\_05\\_2020.pdf](https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/resolucao_no_05_2020.pdf). Acesso em: 16 maio. 2023.

TJPB. **Resolução nº 44, de 16 de dezembro de 2022.** Institui a política e o sistema de governança institucional do Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, 2022. Disponível em: [https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Resolucao\\_44\\_2022078776\\_-\\_Sistema\\_de\\_Governanca\\_PUBLICADA\\_16\\_12\\_2022.pdf](https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Resolucao_44_2022078776_-_Sistema_de_Governanca_PUBLICADA_16_12_2022.pdf). Acesso em: 16 maio. 2023.

TJPB. **Resolução Nº 16 /2023.** Regulamenta, para o ano de 2023, a gratificação anual de produtividade dos servidores das unidades judiciárias do primeiro grau, na forma da Lei Estadual nº 11.651, de 19 de março de 2020 e o Selo de Eficiência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, 2023. Disponível em: [https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Resolucao\\_TJPB\\_no\\_16-2023.pdf](https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Resolucao_TJPB_no_16-2023.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

TJPB. **Painel de Produtividade.** Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, 2024. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/painel-bi/painel-de-produtividade-individual-dos-servidores>. Acesso em: 16 mai. 2024.

**Discente:** Seane da Nóbrega Mascena Dantas  
**Orientadora:** Profa. Dra. Suzanne Erica Nóbrega Correia

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Junho de 2024

